



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
AUDITOR FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS

101 – TRANSPORTES

INSTRUÇÕES

- Verifique atentamente se este **caderno de questões** corresponde ao cargo a que você concorre e se ele contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva, e o tema com as orientações para elaboração do texto, correspondente à prova discursiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente alguma divergência quanto ao cargo a que você concorre, solicite ao **chefe de sala** que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- No momento da identificação, verifique, na **folha de respostas**, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções na **folha de respostas**.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva e a prova discursiva.
- Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material de prova, à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento da **folha de respostas** e da **folha de texto definitivo**.
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o **documento de identidade** e a **caneta esferográfica de tinta preta** ou **azul**, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas, nem o uso de lápis, lapiseira/grafite e(ou) borracha durante a realização da prova.
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio, que não os permitidos.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. Você deverá desligar e entregar ao **chefe de sala** régua de cálculo, calculadora, agenda eletrônica, *palmtop*, *bip*, *pager*, *notebook*, telefone celular, gravador, receptor, máquina fotográfica, *walkman*, aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais, relógio, ou qualquer outro equipamento similar e qualquer tipo de arma, mesmo que com porte autorizado.
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá entregar sua **folha de respostas** e sua **folha de texto definitivo** e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este **caderno de questões** após 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos do início da prova.
- Ao terminar a prova, chame o **chefe de sala**, devolva-lhe a sua **folha de respostas** devidamente assinada e sua **folha de texto definitivo** e deixe o local de prova.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação da sua prova.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I, para responder às questões de 1 a 4.

1 As inundações urbanas, cuja principal causa é a má
gestão do espaço urbano, trazem consigo uma série de
4 problemas associados a diversos fatores influentes no
cotidiano da população. O ciclo dos prejuízos é grande e
de difícil mensuração, afetando grande número de pessoas,
atividades produtivas, bens capitais e meio ambiente.

7 No entanto, sem escala de valor está a vida de milhares
de pessoas que faleceram e virão a sucumbir, vítimas das
enchentes. Segundo dados da ONU (2005), em 1988 mais
10 de 15 mil pessoas foram mortas em consequência de
enchentes; em 1999, o número de vítimas subiu para
quase 35 mil. Esse quadro é configurado como o mais
13 dramático e triste do problema das inundações urbanas,
pois a maioria dessas mortes, de alguma forma, poderiam
ter sido evitadas.

16 Com o aumento da urbanização e o uso de produtos
químicos na agricultura e no ambiente em geral, a água
utilizada nas cidades, nas indústrias e na agricultura retorna
19 aos rios totalmente contaminada. O resultado da expansão
sem uma visão ambiental é a deterioração dos mananciais e a
redução da cobertura de água segura para a população.

22 As águas pluviais têm um efeito de lavagem sobre o
solo, conduzindo aos cursos d'água impurezas e detritos
encontrados em ruas e pavimentos. Os primeiros quinze
25 minutos, especialmente, são uma séria fonte de poluição.

A contaminação tanto química quanto biológica das
águas urbanas é proveniente de efluentes urbanos, como o
28 esgoto cloacal, pluvial e os resíduos sólidos, e deteriora as
condições dos mananciais superficiais e subterrâneos. As
enchentes carregam e transportam esses poluentes,
31 afetando diretamente o meio ambiente e as pessoas —
especialmente aquelas que sofrem com o *deficit* acentuado
de infraestrutura de saneamento.

34 A quantidade de material suspenso na drenagem
pluvial apresenta uma carga muito alta, considerando a
vazão envolvida. Esse volume é mais significativo no início
37 das enchentes. Os primeiros 25 mm de escoamento
superficial geralmente transportam grande parte da carga
poluente de origem pluvial.

40 Os principais poluentes encontrados no escoamento
superficial urbano são: sedimentos, nutrientes, substâncias
que consomem oxigênio, metais pesados, hidrocarbonetos
43 de petróleo, bactérias e vírus patogênicos, que perfazem um
ciclo de contaminação, passando por todas as fases do ciclo
hidrológico.

Guilherme Rocha Peplau. *Influência da variação da urbanização nas
vazões de drenagem na bacia do rio Jacarecica em Maceió-AL.*
Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Centro de
Tecnologia e Geociências, UFPE, Recife, PE, 2005.
p. 17-9 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Quanto às ideias veiculadas pelo texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) Trinta e cinco mil pessoas morreram afogadas no Brasil em 1998.
- (B) Os rios de todo o mundo estão se transformando em áreas poluídas, em virtude da urbanização desenfreada.
- (C) A contínua e inconsequente ocupação do solo resulta em aviltamento das condições naturais do ambiente e põe em risco a vida do próprio homem.
- (D) As águas fluviais rotineiramente arrastam para os mananciais impurezas de ruas e pavimentos bem como resíduos químicos das indústrias.
- (E) A drenagem feita nos espaços urbanos pelas chuvas é sempre positiva, pois higieniza o esgoto cloacal, com remoção dos resíduos sólidos e dos patogênicos.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa que reescreve fragmento do primeiro parágrafo do texto I com correção, no nível gramatical, e preserva as relações de sinonímia.

- (A) **As inundações urbanas, que a principal causa é a má gestão do espaço urbano** (linhas 1 e 2)
- (B) **trazem contigo uma série de problemas** (linhas 2 e 3)
- (C) **uma série de problemas associados à diversas fontes influentes** (linhas 2 e 3)
- (D) **O ciclo dos prejuízos são grandes** (linha 4)
- (E) **A fase dos danos é grande e de difícil medição** (linhas 4 e 5)

QUESTÃO 3

Assinale a alternativa correta acerca de fatos gramaticais e semânticos presentes no texto I.

- (A) Na linha 8, os verbos expressam, respectivamente, uma ação concluída, observada no seu término, no seu resultado, e uma ação a ocorrer após o momento em que se enuncia o fato.
- (B) Nas linhas 14 e 15, a locução verbal ficaria bem ajustada às normas gramaticais com o uso do verbo “ter” no plural, em concordância com o substantivo “mortes”, que faz parte do sujeito da frase.
- (C) Na linha 16, a substituição de “o uso de” por **usando** daria maior leveza à frase, pois evitaria a repetição da estrutura artigo “o” + substantivo “uso” + preposição “de”.
- (D) Na linha 20, a expressão “sem uma visão ambiental” pode ser corretamente deslocada para o final do período, pois não há alteração de sentido.
- (E) Na linha 34, o termo “suspenso” pode ser trocado por **suspendido**, pois ambas as formas pertencem ao verbo **suspende** e são permutáveis sem reservas em contextos frasais que exijam o emprego do participio.

QUESTÃO 4

As ideias do texto I estarão preservadas e gramaticalmente corretas caso se substitua

- (A) “efeito de lavagem sobre o solo” (linhas 22 e 23) por **efeito de descontaminação do solo**.
- (B) “aos cursos d'água” (linha 23) por **aos cursos n'água**.
- (C) “poderiam ter sido evitadas” (linhas 14 e 15) por **poderia ter sido evitada**.
- (D) “o esgoto cloacal” (linhas 27 e 28) por **o esgoto principal**.
- (E) “sofrem com o *deficit* acentuado” (linha 32) por **sofrem o deficit acentuado**.

Texto II, para responder às questões 5 e 6.

1 No futebol americano, há um momento em que o
jogador tem de dar um chute naquilo que eles chamam de
bola. E, no circuito universitário, havia um rapaz recordista de
4 chute. Ninguém chutava tão forte quanto esse rapaz. O
importante, nessa história, era que o pé que ele usava para
tal façanha não tinha nenhum dos dedos e, além disso, era
7 menor que o outro. Quando descobriram isso, fizeram
entrevistas com ele, e a primeira pergunta era: “Como você,
com tal deficiência, consegue fazer uma coisa que ninguém
10 mais conseguiu?” Ele, orgulhosamente, respondia: “Porque
cresci ouvindo meu pai dizer: ‘Encare suas deficiências e
seus problemas como desafios, nunca como desculpas’.”

13 O que mais se encontra no dia a dia? Justamente a
postura oposita. As pessoas encaram tudo como desculpas e
justificativas. Há pessoas que vivem dizendo frases negativas
16 que encerram verdadeiras filosofias desastrosas. Não são
raras as vezes em que já se ouviu alguém falando de seus
problemas e dificuldades e da incapacidade de superá-los,
19 traduzida nas seguintes frases conformistas: “Eu sou assim
mesmo...”; “Sempre fui assim...”; “Não posso evitar isso...”;
“Essa é a minha natureza...”; “Não adianta mesmo...”; “Deus
22 me fez assim e pronto!”

O que tais pessoas talvez nunca percebam é que
desculpas e justificativas só levam ao conformismo e à
acomodação. E isso não diz respeito à elevação de padrões
e à melhoria da qualidade de vida. Desculpas e justificativas
são coisas de perdedor! Enquanto os vencedores
28 comemoram, os perdedores se justificam.

Roberto Shinyashiki. Internet: <<http://tecessa.arteblog.com.br>>
(com adaptações). Acesso em 19/1/2011.

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa correta a respeito de fatos gramaticais
e estilísticos encontrados no texto II.

- (A) As palavras “ninguém”, “pé”, “você” são acentuadas pela
mesma razão.
- (B) Na frase “Deus me fez assim e pronto!” (linhas 21
e 22), encontra-se uma interjeição característica da
linguagem coloquial.
- (C) Na frase “As pessoas encaram tudo como desculpas e
justificativas” (linhas 14 e 15), há exemplo de gíria e de
uma figura da linguagem: a anáfora.
- (D) Na construção “O que tais pessoas talvez nunca
percebam” (linha 23), o pronome “tais” está empregado
de modo informal, com significado de **brilhantes,
grandiosas**.
- (E) O “as” de “as vezes” (linha 17) deve receber o sinal
indicativo de crase para ajustar-se à norma culta
padrão.

QUESTÃO 6

As ideias do texto II estarão de acordo com a norma culta da
língua portuguesa caso se substitua

- (A) “há” (linha 1) por **tem**.
- (B) “momento em que” (linha 1) por **momento que**.
- (C) “se ouviu” (linha 17) por **ouviu-se**.
- (D) “me fez” (linha 22) por **fez-me**.
- (E) “comemoram, os perdedores” (linha 28) por
comemoram os perdedores.

Texto III, para responder às questões 7 e 8.

1 Uma das últimas grandes contribuições do grupo
liderado pelo neurocientista Iván Izquierdo, em Porto Alegre
— onde, mesmo aposentado formalmente, aos 68 anos de
4 idade, dirige o Centro de Memória do Instituto de Pesquisas
Biomédicas da Pontifícia Universidade Católica (PUC) — foi
identificar a existência das memórias de longa e de curta
7 duração. Mas esse conceito é apenas um, entre vários
outros, apresentados, nas três últimas décadas, pelo
argentino naturalizado brasileiro.

10 Com base em grande conhecimento científico,
evidenciado para a comunidade em mais de quinhentos
artigos, Izquierdo afirma que só podem destruir memórias
13 motivos biológicos, como a atrofia sináptica, causada pela
falta de uso, ou pelas doenças degenerativas, como
Parkinson ou Alzheimer. “Depois dos setenta anos, ao
16 contrário do que a maioria das pessoas acredita, 70% da
população não tem problema de memória”, disse. Ao usar o
próprio exemplo, aproveitou para dar uma receita infalível
19 que deixa as lembranças no lugar: “A leitura, disparado, é a
melhor forma de exercitar a memória”.

Por outro lado, para o cientista, não existe dúvida de
22 que o aspecto mais notável da memória é o esquecimento.
Afinal, se uma pessoa se lembrasse de tudo, em todos os
pormenores, não conseguiria pensar de forma genérica. Se
25 as mulheres conseguissem reproduzir por completo os
momentos da dor do parto, nenhuma teria mais de um filho.

Internet: <ftp.abc.org.br> (com adaptações).
Acesso em 16/1/2011.

QUESTÃO 7

A construção do texto III **não** seria aceita sob a ótica
gramatical ou semântica caso fosse substituído o termo

- (A) “mesmo” (linha 3) por **embora**.
- (B) “Mas esse conceito é apenas” (linha 7) por
Esse conceito é, contudo, apenas.
- (C) “tem” (linha 17) por **têm**.
- (D) “disparado” (linha 19) por **em alta velocidade**.
- (E) “não existe dúvida” (linha 21) por **não há dúvida**.

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa correta acerca do texto III.

- (A) No período das linhas 21 e 22, encontra-se exemplo
de pleonismo.
- (B) A troca de “lembrasse” (linha 23) por **lembrar** altera o
sentido da frase e exige mudança em outro termo
do enunciado.
- (C) O verbo **ter** da linha 17 está empregado no plural, em
concordância com o núcleo do sujeito, constituído por
um numeral.
- (D) Na linha 12, o deslocamento do termo “só” para depois
de “memórias” criaria mudança de sentido na
informação.
- (E) A mudança de posição entre adjetivo e substantivo
criaria estrutura incomum ou geraria alteração de
sentido em todas as construções seguintes:
 - “motivos biológicos” (linha 13);
 - “setenta anos” (linha 15);
 - “receita infalível” (linha 18);
 - “melhor forma” (linha 20).

QUESTÃO 9

O Direito pode ser entendido como um limite à atuação estatal. Nesse sentido, entende-se o pensamento de Max Weber, ao conceituar o que denominou de violência legítima, tendo o Estado de Direito como instrumento o próprio Direito para legitimar o uso do poder pelo Estado. Todavia, o Estado de Direito impõe condições para que os agentes estatais possam dele se utilizar, quais sejam, o império da Lei, a divisão dos Poderes, o controle judicial da administração pública e a garantia da efetiva realização dos direitos e liberdades fundamentais para os cidadãos. Acerca do desenvolvimento dos modelos de Estado de Direito, assinale a alternativa correta.

- (A) Em uma primeira fase, utilizado como instrumento para confrontar as ideias absolutistas, o Estado de Direito não se situou, no âmbito da sua formalização técnico-jurídica, na seara do Direito Constitucional, senão no campo do Direito Administrativo.
- (B) O Estado de Direito, na sua estruturação, legitimou materialmente todo o sistema jurídico, vindo, posteriormente, a estabelecer seus contornos formais.
- (C) Ainda que não se possa atribuir uma evolução linear às fases do Estado de Direito, é correto inferir que, inicialmente ele esteve associado aos ideais da Revolução Francesa; sucessivamente, experimentou as fases democráticas e, afinal, sua vertente social.
- (D) O Estado Democrático de Direito ficou caracterizado pelo propósito de superar o modelo imediatamente anterior do individualismo burguês, valendo-se, para isso, da concretização dos direitos sociais de massa, almejando, assim, a realização da justiça social.
- (E) Na atualidade, vem-se construindo uma nova evolução do Estado de Direito, a denominada **terceira via**. Nessa nova configuração, são fundidos os conceitos de democracia e de socialismo, visando à consolidação, em um futuro próximo, de uma democratização do Estado e da sociedade, tendo como princípio vetor a dignidade da pessoa.

QUESTÃO 10

Com base na experiência norte-americana e na europeia, o modelo de controle de constitucionalidade brasileiro adotou um sistema misto. De um lado, o controle do ordenamento jurídico poderá ser arguido inicialmente em juízos inferiores, processo que se denominou de via difusa, com maior semelhança ao direito estadunidense; por outro lado, o controle concentrado em uma Corte promove a característica *erga omnes* das decisões de constitucionalidade ou inconstitucionalidade, tendo sido trazido esse tipo de controle ao Brasil, por inspiração da cultura do Direito europeu. Acerca dos referidos controles de constitucionalidade no sistema jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O sistema de controle concentrado precedeu ao do modelo difuso, prevendo-se o primeiro desde a Constituição da República, ao passo que o modelo difuso somente veio positivado na Constituição Brasileira de 1934, na forma de ação direta, como procedimento prévio do processo de intervenção.
- (B) Questão que já vinha sendo decidida pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e que ganhou previsão legislativa expressa posteriormente é a possibilidade de declaração de inconstitucionalidade incidental por órgão fracionário do STF, em face de decisão já proferida pelo Plenário do Tribunal no sentido da inconstitucionalidade de norma que lhe tenha sido objeto de provocação. Tal efeito pode ser entendido como aproximação dos dois modelos de controle de constitucionalidade.
- (C) O controle difuso, também chamado de concreto, caracteriza-se pelo fato de que qualquer magistrado, de primeiro grau ou de tribunais de justiça ou regional federal pode declarar a inconstitucionalidade normativa, ao passo que, no controle concentrado, também denominado de abstrato, é necessária manifestação, quanto ao direito federal, do Supremo Tribunal Federal. E, ainda, quando questionada norma estadual ou municipal, a competência é dos próprios tribunais de justiça.
- (D) No denominado controle incidental de constitucionalidade, sem efeitos *erga omnes*, a vinculada suspensão de execução a ser expedida pelo Senado Federal poderá ser objeto de declaração parcial ou total de revogação do ato judicialmente declarado inconstitucional.
- (E) A Constituição Federal de 1988 destacadamente reduziu o alcance do controle concentrado de constitucionalidade, aumentando mais do que proporcionalmente o acesso ao judiciário de forma concreta, valorizando, assim, o acesso universal à justiça, em detrimento da legitimidade de algumas poucas autoridades que podem fazer uso do sistema de controle concentrado.

QUESTÃO 11

Os direitos e as garantias fundamentais constituem a base de um Estado de Direito. São eles inalienáveis e imprescindíveis à própria condição humana, devendo respeitá-los não só o Estado, mas também os particulares, como se vem reconhecendo jurisprudencialmente. Como legitimados ativos, também é amplo o rol de seus beneficiários: além das pessoas físicas nacionais, também o são as pessoas jurídicas e, no que couber, mesmo os estrangeiros (não-nacionais). Acerca do disciplinamento dos direitos e das garantias fundamentais na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) Não tendo os direitos fundamentais caráter absoluto, pode o Estado, em face da limitação ao direito de expressão e da prerrogativa de fiscalização das concessões públicas, desde que sob a forma legislativa, determinar cortes nas programações televisivas que atentem, notoriamente, contra o interesse da infância e da juventude.
- (B) Em face da indisponibilidade dos direitos fundamentais, não é possível um particular, por exemplo, dar entrevista pública acerca de dados de sua intimidade para divulgação pública.
- (C) A inviolabilidade de domicílio é um conceito amplo: não se limita aos lugares de habitação coletiva ou temporária, abrange até mesmo um barco, ou mesmo um quarto de motel; não contempla, somente, locais em que é franqueado acesso ao público em geral, como um restaurante.
- (D) Decorrente da amplitude do direito fundamental à necessária licitude nos processos, judiciais ou administrativos, a simples existência de qualquer prova ilícita nos autos é suficiente para anular o procedimento.
- (E) O direito fundamental à reunião enseja necessário aviso prévio à Administração, que, todavia, não encontra possibilidade de vetá-lo, senão garantir o devido aparato para a segurança dos manifestantes bem como da sociedade que circunda o ato público.

QUESTÃO 12

A hermenêutica constitucional decorrente da Constituição Federal de 1988 representou, também para a administração pública brasileira, uma mudança de paradigma em relação ao modelo até então vigente. Nessa esteira, os princípios regentes da referida matéria induzem a um novo direcionamento das regras administrativas, bem como da atuação dos agentes públicos. Acerca dos princípios da administração pública na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição Federal vigente, ao ordenar princípios à administração pública, procedeu de forma exaustivamente expressa, a fim de legitimar sua utilização por parte, também, do Poder Judiciário, na sua função de julgamento das lides administrativas. Dessa maneira, fica garantida a eficácia dos dispositivos, e o texto constitucional cumpre sua função cogente.
- (B) O Estado Democrático de Direito, instrumentalizado pelo princípio da reserva legal, impõe ao administrador público a tomada direta das decisões normativas fundamentais, sob pena de responsabilização pelo uso negligente do cargo público.
- (C) O sistema jurídico e o moral, ontologicamente, possuem caracterizações distintas, não se comunicando mutuamente, sobretudo se relações jurídicas forem geradas da interação dos dois referidos sistemas, visto ser o Estado brasileiro caracterizado por um Estado de Direito.
- (D) O conceito de boa administração é decorrência direta do princípio da impessoalidade.
- (E) A delegação de competência para o Executivo legislar, de forma inovadora, acerca da reorganização de todo um setor social é juridicamente possível, desde que autorizada mediante lei e que haja o estabelecimento de princípios jurídicos.

QUESTÃO 13

Uma constituição tem como seus principais objetos a estruturação do Estado, a organização da administração pública, o disciplinamento da forma de aquisição, do exercício e da destituição do poder, bem como a catalogação dos direitos fundamentais dos cidadãos. Várias são as suas classificações, que merecem estudo por parte dos agentes públicos. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma constituição é classificada como normativa quando dirige o processo político; todavia, para isso, ela deve respeitar a realidade social, sofrendo, nesse caso, uma reforma do seu próprio texto com adequação à sociedade. Em não ocorrendo tal processo, ela corre o risco de ficar antiquada e desprovida de força normativa.
- (B) A Constituição Federal de 1988 é classificada como semirrígida, visto que pode ser alterada por emenda constitucional, observados o rito próprio e as limitações expressamente impostas pelo Texto Maior vigente.
- (C) Uma constituição, ainda que sob a forma de convenções e textos esparsos, deve ser considerada constituição escrita.
- (D) Com a evolução do Constitucionalismo, os direitos fundamentais ganharam um papel essencial na própria organização de um Estado. Justamente por isso, as constituições que passaram a albergar expressamente em seu texto um rol de direitos fundamentais podem ser classificadas, quanto à extensão, como analíticas.
- (E) Quanto ao modo de sua elaboração, as constituições históricas são idealizadas segundo determinadas crenças vigentes, desconsiderando uma maior análise dogmática dos valores evolutivos em uma sociedade.

QUESTÃO 14

A Constituição Federal estabelece que, aos tribunais de contas dos estados e do Distrito Federal (DF), bem como aos tribunais e conselhos de contas dos municípios, aplicam-se as disposições nela contidas, no que couber, quanto à organização, à composição e à fiscalização. A Lei Orgânica do DF, atendendo à necessária simetria em relação à Constituição Federal, tratou acerca do controle externo no âmbito distrital. A respeito do controle externo previsto nas disposições contidas na Lei Orgânica do DF, assinale a alternativa correta.

- (A) É de competência privativa da Câmara Legislativa do DF escolher quatro dos sete membros do Tribunal de Contas do DF.
- (B) Compete ao Tribunal de Contas do DF, como auxiliar da Câmara Legislativa, no exercício do controle externo, apreciar as contas anuais do governador, dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta ou que estejam sob sua responsabilidade, incluídos os das fundações e das sociedades instituídas ou mantidas pelo poder público do DF, bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário bem como fazer sobre elas relatório analítico e emitir parecer prévio no prazo de sessenta dias, contados do seu recebimento da Câmara Legislativa.
- (C) O Tribunal de Contas do DF agirá de ofício ou mediante iniciativa exclusiva da Câmara Legislativa ou do Ministério Público, sempre que houver indício de irregularidade em qualquer despesa, incluindo naquela decorrente de contrato.
- (D) O Tribunal de Contas do DF, anualmente, prestará à Câmara Legislativa contas de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade, observados os demais preceitos legais, em até sessenta dias da data da abertura da sessão do ano seguinte àquele a que se referir o exercício financeiro.
- (E) Os conselheiros do Tribunal de Contas do DF, nos casos de crime comum e nos de responsabilidade, serão processados e julgados, originariamente, pelo Tribunal de Justiça do DF.

QUESTÃO 15

A Constituição Federal dispõe expressamente que incumbe ao poder público, na forma da lei, a prestação de serviços públicos. A esse respeito, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Os serviços de defesa nacional são classificados como serviços públicos, considerados privativos do poder público, cabendo somente à Administração prestá-los diretamente à comunidade.
- (B) A regulamentação e o controle do serviço público caberão sempre ao poder público, qualquer que seja a modalidade de sua prestação aos usuários.
- (C) Os serviços de utilidade pública são os que a Administração presta diretamente ou os que são autorizados por ela para serem prestados por terceiros, como é o caso do serviço de fornecimento de energia elétrica.
- (D) Os serviços *uti universi*, que são indivisíveis, geram direito subjetivo à sua obtenção para os administrados que se encontrem na área de sua prestação.
- (E) A exploração direta de atividades econômicas pelo Estado somente será permitida quando necessária a imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.

QUESTÃO 16

Segundo registra a doutrina de Hely Lopes Meirelles, a permissão vem sendo a modalidade preferida pela administração pública, em âmbitos federal, estadual e municipal, para a delegação de serviços de transporte coletivo a empresas de ônibus nas respectivas áreas de sua competência. Acerca desse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A permissão de serviço público é sempre onerosa, exigindo-se do permissionário pagamento como contraprestação.
- (B) O serviço permitido é executado em nome do permissionário, mas por conta e risco da Administração.
- (C) A permissão, por sua natureza precária, admite a substituição do permissionário.
- (D) É obrigatória a licitação para a permissão de serviço público, não se exigindo para os serviços de utilidade pública.
- (E) A permissão será formalizada mediante contrato de adesão.

QUESTÃO 17

A Lei n.º 4.898/1965 regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade. No tocante à sanção administrativa, a pena será aplicada de acordo com a gravidade do abuso cometido e **não** consistirá em

- (A) afastamento preventivo.
- (B) destituição de função.
- (C) advertência.
- (D) demissão, a bem do serviço.
- (E) repreensão.

QUESTÃO 18

No tocante ao contrato administrativo em que a administração pública, direta ou indireta, ajusta-se com particular ou outra entidade administrativa para a consecução de objetivos de interesse público, é correto afirmar que

- (A) a Administração não pode realizar contratos sob normas predominantemente do direito privado.
- (B) o poder de alteração e rescisão unilaterais do contrato administrativo é inerente à Administração, mas essas mudanças só podem ser feitas quando previstas expressamente em lei ou consignadas em cláusula contratual.
- (C) o contrato administrativo é sempre consensual e, em regra, formal, oneroso, comutativo e realizado *intuitu personae*.
- (D) o **fato do príncipe** equipara-se à força maior e produz os meios efeitos excludentes da responsabilidade do particular pela inexecução do ajuste.
- (E) a alteração das cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos prescinde de prévia concordância do contratado.

QUESTÃO 19

Não constitui ato de improbidade administrativa com prejuízo ao erário

- (A) permitir ou facilitar a aquisição, a permuta ou a locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- (B) celebrar contrato que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada, sem observar as formalidades previstas em lei.
- (C) frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo imotivadamente.
- (D) realizar operação financeira, sem observância das normas legais e regulamentares.
- (E) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou a aplicação de verba pública de qualquer natureza.

QUESTÃO 20

O prefeito de um município declarou nulo o concurso público de mecânico, à vista de vícios considerados insanáveis; assim, exonerou, em seguida, os servidores aprovados no certame e já empossados nos cargos. Diante dessa situação hipotética, e com fundamento na teoria dos atos administrativos, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais.
- (B) A anulação prescinde da observância do contraditório, ou seja, da audição prévia dos envolvidos.
- (C) A revogação é a supressão de um ato discricionário legítimo e eficaz e pode ser realizada somente pela Administração.
- (D) A Administração pode desfazer seus próprios atos por considerações de mérito e de ilegalidade.
- (E) O controle externo dos atos administrativos pelo Poder Judiciário limita-se ao exame da legalidade.

QUESTÃO 21

Em relação ao princípio orçamentário da exclusividade, de acordo com as normas vigentes, assinale a alternativa correta.

- (A) Esse princípio estabelece que, sem exceção, a lei orçamentária não poderá dispor sobre outra matéria que não seja a fixação da receita e a previsão das despesas.
- (B) Esse princípio informa que toda receita ou despesa deve estar prevista na lei orçamentária, sem exceção.
- (C) Esse princípio estabelece que a Administração deve possuir apenas uma única peça orçamentária.
- (D) Esse princípio é excepcionado no caso de autorização para a abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
- (E) Por esse princípio, proíbe-se a vinculação de impostos.

QUESTÃO 22

Com relação ao orçamento público, assinale a alternativa correta.

- (A) Tem a natureza jurídica de lei complementar.
- (B) O projeto da lei orçamentária é de iniciativa de qualquer um dos poderes.
- (C) A Lei n.º 4.320/1964 estabelece o regime de tramitação do projeto de lei orçamentária.
- (D) Sob o enfoque formal, tem natureza jurídica de lei anual.
- (E) É um instrumento que estima a despesa e fixa a receita.

QUESTÃO 23

O valor cobrado pelo Estado do particular, por meio de contrato e sob regime de direito privado, pela exploração de serviços públicos é um(a)

- (A) receita derivada.
- (B) taxa.
- (C) preço público, que é uma receita originária.
- (D) tarifa, que é uma receita extraorçamentária.
- (E) tributo, que é uma receita originária.

QUESTÃO 24

Um empresário do Distrito Federal (DF) vendeu uma mercadoria para outra unidade da Federação. Nesse caso, esse contribuinte, se não for inscrito no cadastro fiscal do Governo do DF, estará sujeito ao pagamento de que espécie de tributo de competência do DF pela operação realizada?

- (A) Imposto de Renda
- (B) ISS, somente
- (C) ISS e ICMS
- (D) ITCD
- (E) ICMS

QUESTÃO 25

A respeito da capacidade tributária passiva, assinale a alternativa correta.

- (A) A capacidade tributária passiva independe de qualquer situação.
- (B) Não tem capacidade tributária passiva pessoa natural que se encontre presa.
- (C) Não tem capacidade tributária passiva pessoa jurídica que não esteja devidamente inscrita no cadastro fiscal do ente político.
- (D) Não tem capacidade tributária passiva pessoa natural sem capacidade civil.
- (E) Tem capacidade tributária passiva o *de cujus* por fato ocorrido após seu óbito.

QUESTÃO 26

Quando o domicílio tributário não é definido pelo contribuinte ou pelo responsável, a legislação vigente o considera como

- (A) o lugar da realização do negócio, no caso de pessoas jurídicas de direito privado ou firmas individuais.
- (B) o estabelecimento que realizou o último negócio, no caso das pessoas naturais, se incerta ou desconhecida a residência habitual.
- (C) a repartição da delegacia da receita local, no caso das pessoas jurídicas de direito público.
- (D) o lugar de sua sede, no caso de pessoa jurídica.
- (E) o centro habitual de sua atividade, no caso de pessoa natural sem residência conhecida.

QUESTÃO 27

Não se tem hora do *rush*, no Distrito Federal (DF), sem que carros avariados ou acidentes de pequeno porte obstruam uma ou outra das principais vias de tráfego. Vale para o início da manhã, quando trabalhadores de toda a região demandam o Plano Piloto, e para a tarde, na direção oposta. É evidente que a simples expansão vegetativa do número de veículos tende a agravar o problema.

In: *Jornal de Brasília*, editorial, 9/2/2011, p. 3.

Tendo o texto acima como primeira referência para o exame do tema abordado, que se transformou em grave problema dos grandes centros urbanos do Brasil e do mundo na atualidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Passado meio século de sua inauguração, Brasília segue as linhas gerais do plano que norteou sua construção, especialmente quanto à quantidade máxima de habitantes esperados para a nova capital brasileira e quanto ao número de veículos.
- (B) O automóvel é um dos mais emblemáticos símbolos da contemporaneidade, e não há mais região do planeta em que ele, nos dias de hoje, tenha sido suplantado como meio de transporte das grandes massas urbanas.
- (C) O texto indica a forte atração exercida pelo Plano Piloto para o exercício de atividades profissionais por parte de moradores das áreas a ele adjacentes, seja no próprio DF, seja na região do entorno, com criação de graves problemas de trânsito.
- (D) No Brasil, a opção pelo automóvel e, conseqüentemente, pelo transporte rodoviário, acompanha a trajetória do século XX, razão pela qual o país desconheceu épocas em que tenha florescido outras modalidades de transporte, como o ferroviário.
- (E) Os problemas apontados no texto podem ser debitados a um comportamento cultural da maioria da população, que sente dificuldades em abandonar o automóvel, mesmo com as linhas do metropolitano já cobrindo o DF de norte a sul.

QUESTÃO 28

A ideia de transferência da capital brasileira para o interior do Brasil era antiga, remontando ao período colonial. Com a República, a tese foi recepcionada pela própria Constituição de 1891. Em fins do século XIX, missão científica exploratória demarcou a área onde seria edificada a nova sede político-administrativa do país. Transformada em metassíntese por JK, Brasília foi construída em tempo recorde e inaugurada em 21 de abril de 1960. Relativamente a aspectos da geografia física e humana do atual Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Na composição do produto interno bruto (PIB) do Distrito Federal, o setor de serviços é majoritário.
- (B) O crescimento populacional do Distrito Federal é baixo quando comparado com o do Sudeste e o do Norte do país.
- (C) Decisão estratégica da União impede que o Distrito Federal desenvolva seu polo de informática.
- (D) Diferentemente do ocorrido nos primeiros anos após a inauguração, hoje Brasília recebe poucos imigrantes.
- (E) Por causa do entorno e das cidades-satélites, o Distrito Federal tem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

QUESTÃO 29

A imprensa mundial noticiou, em fevereiro de 2011, que a crise nos países árabes, com destaque para o Egito, pode intensificar o movimento de elevação dos preços das *commodities*, especialmente o do petróleo. A partir dessa observação e considerando o cenário econômico global contemporâneo, assinale a alternativa correta.

- (A) Eventuais oscilações no preço do barril de petróleo já não causam impacto como no passado, tendo em vista a significativa redução de seu uso na atualidade, com a substituição por outras fontes de energia.
- (B) Uma das características essenciais da globalização é a ampliação e a interdependência dos mercados. Assim, fatos aparentemente isolados e ocorridos em região determinada podem repercutir na economia mundial.
- (C) Crises como a vivida pelo Egito podem interferir na cotação de produtos no comércio global, mas são incapazes de influir no comportamento dos mercados financeiros, hoje blindados contra situações de risco.
- (D) Na ordem global dos dias atuais, a mesma liberdade de circulação de bens e capitais verifica-se na locomoção das pessoas, tanto como turistas quanto na condição de trabalhadores em busca de novas oportunidades.
- (E) Por ser um país emergente, o Brasil insere-se no comércio mundial como exportador de produtos industrializados, sendo diminuta sua participação na venda de *commodities*.

QUESTÃO 30

Os desastres naturais obrigam-nos a uma mudança cultural de grande porte. O ideal seria estar à altura da tragédia ou, pelo menos, crescer um pouco diante dela. Toda uma política jaz sob os escombros das recentes tragédias que chamamos de naturais, sabendo que a natureza não existe sem nós.

Fernando Gabeira. In: *O Estado de S. Paulo*, 21/1/2011, p. A2.

Relativamente a esse comentário e considerando os trágicos acontecimentos que, neste verão, atingiram diversas áreas do país, a exemplo da região serrana fluminense, assinale a alternativa correta.

- (A) Há consenso de que as recentes tragédias climáticas ocorridas no Brasil, sobretudo no Sudeste e no Sul, resultam do impacto causado pelo fenômeno denominado aquecimento global.
- (B) Entre as ações humanas que agredem a natureza, ampliando os efeitos das tragédias naturais, podem ser citadas a ocupação intensa e desordenada do solo e a drenagem urbana impedida pelo acúmulo de lixo.
- (C) A mudança cultural de grande porte a que a sociedade brasileira está impelida, como sugere o autor do texto, implica recusar-se a praticar atos de solidariedade para forçar a ação do poder público.
- (D) Uma solução para os problemas causados por chuvas torrenciais e enchentes seria o assentamento populacional em várzeas próximas a pequenos córregos, sob rígido controle das autoridades.
- (E) Está tecnicamente provado que a topografia das cidades brasileiras inviabiliza o processo de drenagem, por meio de grandes tubos, do excesso de água despejada por chuvas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Funcionário público da fiscalização em transportes, no exercício da sua função, que adverte um amigo seu de uma fiscalização itinerante programada para o dia seguinte, criando condições para que, em virtude disso, o amigo escape da referida fiscalização, comete

- (A) apenas um ilícito administrativo.
- (B) crime de prevaricação.
- (C) crime de concussão.
- (D) crime de violação do sigilo funcional.
- (E) crime de corrupção passiva.

QUESTÃO 32

Funcionário público, de férias, que aceita uma promessa de recebimento de dinheiro para que, em razão do seu cargo, possa liberar do pagamento de uma multa uma pessoa que tinha sido autuada pela fiscalização comete

- (A) crime de concussão.
- (B) crime de peculato.
- (C) crime de corrupção ativa.
- (D) prevaricação.
- (E) crime de corrupção passiva.

QUESTÃO 33

Um funcionário público que, sem apor assinatura e sem receber diretamente vantagem indevida, no exercício do cargo de fiscalização, confecciona uma defesa administrativa em favor de pessoa autuada pela fiscalização comete

- (A) crime de advocacia administrativa.
- (B) crime de prevaricação.
- (C) crime de exercício funcional ilegal.
- (D) crime de concussão.
- (E) crime de corrupção ativa.

QUESTÃO 34

Com relação aos princípios gerais da atividade econômica, assinale a alternativa correta.

- (A) A soberania nacional não constitui princípio essencial, tendo em vista a participação ativa do Brasil no MERCOSUL.
- (B) Deve haver tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.
- (C) A defesa do meio ambiente deve ser prática comum, em especial com tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental de produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- (D) Deve ser frequente a busca da extinção das desigualdades regionais e sociais.
- (E) A defesa do consumidor deve ser mitigada.

QUESTÃO 35

As chuvas que causaram as situações de tragédias e mortes na região serrana do Rio de Janeiro tiveram como consequência a decretação do estado de calamidade pública. Acerca desse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma vez ocorrido o desastre de grandes proporções e com a finalidade de salvar vidas, pode o administrador público efetivar contrato com dispensa de licitação antes da sua declaração formal, tendo em vista o princípio da eficiência.
- (B) A verificação de que a conduta do administrador é considerada desidiosa e de que outra em sentido contrário poderia ter evitado todo aquele drama tem como resultado o impedimento da Administração de poder servir-se da dispensa de licitação, por calamidade pública, já que ela própria deu causa a tal situação.
- (C) A dispensa de licitação nessas circunstâncias pode abranger bens de conteúdo não econômico, como o bem-estar, a justiça e a dignidade, dado o conteúdo exemplificativo da expressão "outros bens" do artigo 24 da Lei n.º 8.666/1993.
- (D) Além dos requisitos legais, a contratação por calamidade pública exige a fundamentação do preço, tendo em vista o disposto na Lei n.º 8.666/1993, com manutenção da coerência em relação à situação e ao contrato firmado.
- (E) Nas situações de calamidade, não é possível falar-se em contrato provisório.

QUESTÃO 36

Para os fins da Lei n.º 8.666/1993, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a

- (A) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica.
- (B) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias.
- (C) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis com finalidade comercial de âmbito local com área de até 250 m² e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública.
- (D) venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da administração pública, em virtude de suas finalidades.
- (E) vendas de produtos que deverão atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.

QUESTÃO 37

Quanto aos contratos administrativos regulados pela Lei n.º 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

- (A) A autoridade competente exigirá sempre prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.
- (B) É cláusula necessária em todo contrato a que estabeleça o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
- (C) O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por essa lei confere à Administração, em relação aos contratos, a prerrogativa de modificá-los, em ajuste bilateral, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- (D) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera a partir de sua declaração e garante os efeitos jurídicos já produzidos.
- (E) O contratado não é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sendo tais encargos de responsabilidade do contratante.

QUESTÃO 38

Tendo em vista o disposto na Lei de Concessões e Permissões, assinale a alternativa correta.

- (A) Concessão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- (B) Poder concedente é o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e, em alguns casos, o Ministério Público em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão.
- (C) Permissão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- (D) Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública é a construção, total ou parcial, a conservação, a reforma, a ampliação ou o melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou ao consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado.
- (E) As concessões e as permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, sem a cooperação dos usuários.

QUESTÃO 39

Considerando a Lei de Concessões e Permissões, assinale a alternativa correta.

- (A) As concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o máximo de três datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.
- (B) Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado que deve ser entendido como o que satisfaz às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
- (C) Em relação à política tarifária, sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se necessária a readequação do seu equilíbrio econômico-financeiro.
- (D) É obrigação do usuário levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes ao serviço prestado, sob pena de ser multado e ter seu serviço interrompido.
- (E) O poder concedente não poderá prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, ainda que com vistas a favorecer a modicidade das tarifas.

QUESTÃO 40

Compete ao Plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)

- (A) orientar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas da entidade.
- (B) distribuir os processos, por sorteio, nas reuniões do Plenário.
- (C) determinar à Procuradoria as providências judiciais para execução das decisões e julgados da autarquia.
- (D) convocar as sessões e determinar a organização da respectiva pauta.
- (E) determinar à Procuradoria do CADE a adoção de providências administrativas e judiciais.

QUESTÃO 41

Em relação à Lei Antitruste, assinale a alternativa correta.

- (A) O procurador-geral junto ao CADE será indicado pelo ministro de Estado da Justiça, entre os membros do Ministério Público Federal e nomeado pelo presidente da República, depois de aprovado pelo Senado Federal.
- (B) O procurador-geral da República, ouvido o Conselho Superior, designará membro do Ministério Público Federal para, nessa qualidade, oficiar nos processos sujeitos à apreciação do CADE.
- (C) O procurador-geral participará das reuniões do CADE, com direito a voto.
- (D) Ao procurador-geral aplicam-se normas distintas de tempo de mandato, recondução, impedimentos, perda de mandato e substituição aplicáveis aos conselheiros do CADE.
- (E) A Procuradoria junto ao CADE tem atribuição exclusivamente criminal.

QUESTÃO 42

Com relação às normas gerais de circulação e condutas do Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Os veículos prestadores de serviços de utilidade pública, quando em atendimento na via, gozam de livre parada e estacionamento no local da prestação de serviço, independentemente de estarem sinalizados e identificados na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).
- (B) Os veículos precedidos de batedores terão prioridade de passagem, independentemente do respeito às demais normas de circulação.
- (C) O condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista, considerando, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas.
- (D) Quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem, no caso de rotatória, aquele que estiver se aproximando dela.
- (E) Todo condutor, ao efetuar a ultrapassagem, poderá indicar com antecedência a manobra pretendida, acionando a luz indicadora de direção do veículo, não podendo fazê-lo por meio de gesto convencional de braço.

QUESTÃO 43

Compete aos órgãos ou às entidades executivas de trânsito dos estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição,

- (A) realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, para preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros.
- (B) efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas.
- (C) vistoriar, inspecionar quanto às condições de segurança veicular, registrar, emplacar, selar a placa e licenciar veículos, expedindo o certificado de registro e o licenciamento anual, mediante delegação do órgão federal competente.
- (D) credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível.
- (E) apurar, prevenir e reprimir a prática de atos de improbidade contra a fé pública, o patrimônio ou a administração pública ou privada referentes à segurança do trânsito.

QUESTÃO 44

Com relação às infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) É infração grave e impõe a medida administrativa de remoção do veículo fazer ou deixar que se faça reparo em veículo na via pública, salvo nos casos de impedimento absoluto de sua remoção e em que o veículo esteja devidamente sinalizado, em pista de rolamento de rodovias e vias de trânsito rápido.
- (B) Ter seu veículo imobilizado na via por falta de combustível é infração grave e impõe a medida administrativa de remoção do veículo.
- (C) Estacionar o veículo afastado da guia da calçada (meio-fio) de cinquenta centímetros a um metro é infração leve e não impõe a medida administrativa de remoção do veículo.
- (D) Parar o veículo na área de cruzamento de vias, prejudicando a circulação de veículos e pedestres, é infração média, sujeita a medida administrativa de remoção do veículo.
- (E) É grave a infração de transitar em velocidade superior à máxima permitida para o local, medida por instrumento ou equipamento hábil, em rodovias, vias de trânsito rápido, vias arteriais e demais vias, quando a velocidade for superior à máxima em mais de 50%.

QUESTÃO 45

Acerca dos serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC-DF), assinale a alternativa correta.

- (A) As modalidades metroviária e rodoviária serão operadas sempre diretamente pelo Distrito Federal e serão alocadas de forma a promover a oferta adequada aos níveis de demanda, com tecnologia veicular e preços de passagem compatíveis com o objetivo do serviço.
- (B) Compete à Secretaria de Estado de Administração e Gestão realizar licitações que tenham por objeto a delegação de serviços de transporte público coletivo e de outros serviços a este vinculados.
- (C) A entidade gestora emitirá, facultativamente, os créditos solicitados pelas empresas operadoras, ficando sob seu inteiro controle os créditos emitidos.
- (D) Compete à entidade gestora a emissão de créditos em favor das empresas operadoras do STPC-DF, que farão a comercialização e o resgate de seus créditos utilizados.
- (E) Os serviços de transporte público coletivo, quando delegados, serão prestados exclusivamente por pessoas físicas.

QUESTÃO 46

Segundo a Lei n.º 8.137/1990, constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante conduta de

- (A) adquirir acervos de empresas ou cotas, ações, títulos ou direitos.
- (B) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que se saiba ou se deva saber falso ou inexato.
- (C) cessar parcial ou totalmente as atividades da empresa.
- (D) vender mercadorias abaixo do preço de custo, com o fim de impedir a concorrência.
- (E) vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo.

QUESTÃO 47

Com relação à Lei n.º 4.011/2007, assinale a alternativa correta.

- (A) A política tarifária adotada para o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC-DF) deverá buscar atender, entre outros, ao princípio de promover a mobilidade da população de baixa renda.
- (B) As tarifas dos serviços integrantes do STPC-DF serão fixadas pelos prestadores de serviços, com base em estudos de custos e tarifas desenvolvidos pela entidade gestora, observadas as disposições legais e ouvida, previamente, a população do Distrito Federal.
- (C) A receita em espécie será recebida por cobrador, permitido o exercício dessa função pelo condutor, cumulativamente.
- (D) A legislação que vier a instituir isenções ou reduções tarifárias de qualquer natureza e quaisquer outros custos não necessitará dispor sobre as fontes específicas de recursos para seu financiamento.
- (E) Os delegatários dos serviços de transporte público coletivo serão remunerados exclusivamente pelas receitas operacionais, advindas do recebimento em espécie e do resgate de créditos de viagem registrados, sendo vetadas verbas não-operacionais como veiculação de publicidade.

QUESTÃO 48

A respeito da Lei n.º 4.011/2007, assinale a alternativa correta.

- (A) A fiscalização será exercida pelo Ministério Público, que terá competência para autuar e, se for o caso, aplicar penalidades.
- (B) A fiscalização consistirá no acompanhamento eventual da operação do serviço, visando ao cumprimento dos instrumentos de delegação e da legislação pertinente.
- (C) O órgão gestor deverá, quando bem lhe aprouver, adotar providências de caráter emergencial, a fim de viabilizar a continuidade e a segurança do serviço.
- (D) No exercício da fiscalização, a entidade gestora terá acesso restrito aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros dos delegatários e aos relativos à regularidade do cumprimento das legislações trabalhista, previdenciária, tributária e operacional.
- (E) A entidade gestora promoverá, quando julgar necessário, nos delegatários, por meio de equipe própria ou de terceiros por ela designados, respeitando os sigilos garantidos por lei, a realização de auditoria administrativa, técnico-operacional e econômico-financeira.

QUESTÃO 49

É competência da Secretaria de Estado de Transporte do Distrito Federal

- (A) acompanhar e avaliar regularmente as condições operacionais dos serviços delegados.
- (B) executar e manter os serviços delegados de acordo com o projeto executivo devidamente aprovado pela entidade gestora.
- (C) implantar mecanismos próprios de controle de qualidade dos serviços prestados e de medição periódica do grau de satisfação dos usuários do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC-DF), em especial quanto aos impactos causados ao meio ambiente, à qualidade de vida e à preservação do patrimônio histórico.
- (D) propor à entidade gestora modificações nas condições de operação, relativas a itinerários e pontos de parada, quadros de horários, frota e índices de ocupação dos veículos, atendendo aos padrões de dimensionamento e às condições-limite estabelecidas pelo poder público.
- (E) propor ao governador aprovar revisões e reajustes tarifários para o STPC-DF.

QUESTÃO 50

Inclui-se entre os direitos dos usuários do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC-DF) o de

- (A) adquirir os créditos ou pagar a tarifa correspondente ao serviço utilizado e identificar-se devidamente, quando beneficiário de desconto na tarifa, titular de produto tarifário personalizado, ou quando gozar do direito de gratuidade.
- (B) não ceder, emprestar ou, por qualquer outra forma, transferir para terceiros o cartão personalizado ou outro dispositivo de que seja titular para uso dos serviços, sob pena de apreensão do cartão ou do outro dispositivo e de cominações legais.
- (C) portar-se de maneira respeitosa e conveniente no interior do veículo, ou outras instalações do STPC-DF, e utilizar os serviços dentro das normas fixadas.
- (D) preservar os bens vinculados à prestação dos serviços.
- (E) ser informado condignamente sobre as condições de prestação dos serviços, até mesmo para defesa de seus interesses individuais ou coletivos.

QUESTÃO 51

Tendo em vista a regulamentação do Decreto n.º 30.584/2009, em relação aos veículos, equipamentos e instalações, assinale a alternativa correta.

- (A) A manutenção e o abastecimento dos veículos deverão ser feitos em local adequado, sendo admitida, em circunstâncias excepcionais, a presença de passageiros em seu interior, durante o procedimento.
- (B) Os delegatários, sempre que for exigido, deverão apresentar os seus veículos para vistoria.
- (C) Os veículos que atingirem a idade máxima deverão ser substituídos por outros novos (zero quilômetro) ou seminovos em boas condições, conforme fixado pelo poder concedente.
- (D) A substituição do veículo deverá ser procedida até o dia 10 do mês de vencimento da sua vida útil.
- (E) A substituição dos equipamentos de controle de passageiros transportados, de quilometragem percorrida ou do sistema de bilhetagem automática não poderá ser feita em nenhuma hipótese.

QUESTÃO 52

A Câmara de Compensação do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal tem escrituração própria, com receitas e despesas discriminadas, sendo consideradas despesas aquelas

- (A) provenientes da prestação de serviços de qualquer natureza autorizados pelo Poder Público.
- (B) do resultado líquido da aplicação financeira de saldos disponíveis.
- (C) relativas à remuneração das empresas operadoras, proporcionalmente aos seus respectivos custos de serviço.
- (D) de outros recursos ou doações que lhe venham a ser destinados, vedada a concessão de subsídios.
- (E) do produto da arrecadação tarifária das empresas, incluídos os valores correspondentes ao resgate dos vales-transporte e demais bilhetes de passagem previamente adquiridos.

QUESTÃO 53

É objetivo da Câmara de Compensação do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal

- (A) facilitar a adoção de medidas destinadas a aperfeiçoar o sistema, aumentando-lhe a eficiência e a eficácia.
- (B) fornecer dados, notadamente operacionais, para a formulação da política de transporte público coletivo no Distrito Federal.
- (C) fornecer padrões operacionais para o sistema.
- (D) operar novas linhas e serviços.
- (E) promover experiências no sistema.

QUESTÃO 54

Com base no Decreto n.º 17.161/1996, o serviço de transporte público coletivo é definido como aquele

- (A) em que o acesso ao veículo é livre a qualquer pessoa, ou que o acesso de um passageiro não impeça o de outro, salvo com restrições legais ou de capacidade física ou econômica, devidamente regulado pelo poder público, explorado de forma remunerada, com tarifa determinada.
- (B) de acesso amplo, mas determinado pelo contratante, operado sem observância de nenhuma norma contratual com o poder público.
- (C) oferecido a mais de uma pessoa ou grupo de pessoas, ainda que em veículos não formalmente autorizados.
- (D) realizado por particular, com automóvel particular, tolerado pelo poder público, com contratos implícitos, explorados de forma remunerada, sem intervenção das autoridades quanto à fixação de tarifas.
- (E) que, devidamente regulado pelo poder público, é livre a qualquer pessoa ou grupo de pessoas, explorado de forma remunerada, com tarifas fixadas pela autoridade competente.

QUESTÃO 55

A unidade gestora do serviço de táxi, no desempenho de suas atribuições, deverá, especialmente,

- (A) estimular a preservação do patrimônio histórico, a conservação energética e a redução de causas de poluição ambiental, conforme as prescrições das normas técnicas e dos padrões de emissão de poluentes.
- (B) promover a adequada prestação do serviço de táxi, evitando abusos econômicos e mantendo o incentivo à concorrência com o transporte público coletivo.
- (C) assegurar a qualidade da prestação do serviço de táxi no que diz respeito, exclusivamente, à segurança e à modicidade tarifária.
- (D) garantir a participação dos usuários, particularmente mediante o instrumento do preenchimento da ficha de sugestão.
- (E) permitir a cobrança de tarifa adequada, incluindo a complementação pela bandeira dois, quando o percurso transcorrido for curto e não remunerar o taxista de modo razoável.

QUESTÃO 56 _____

É requisito para os profissionais autônomos do serviço de táxi

- (A) a comprovação de habilitação jurídica.
- (B) a propriedade ou a titularidade de contratos de arrendamento mercantil *leasing* de frota de, no mínimo, cinco veículos.
- (C) a apresentação de certidão negativa de débito junto à Receita Federal, ao INSS e à Fazenda do Distrito Federal.
- (D) o estabelecimento no Distrito Federal.
- (E) a capacidade técnica.

QUESTÃO 57 _____

A inobservância das normas do serviço de táxi sujeita os infratores à(s) seguinte(s) cominação(ões):

- (A) advertência oral ou por escrito.
- (B) suspensão da permissão por 24 meses.
- (C) cassação da carteira de motorista.
- (D) cancelamento do cadastro de motorista auxiliar e de pessoa jurídica.
- (E) perda do automóvel e multa pela gravidade da infração.

QUESTÃO 58 _____

A bandeira 2 corresponde ao valor do quilômetro rodado na bandeira 1, acrescido de até 50%, na seguinte situação:

- (A) das vinte e uma horas às seis horas, de segunda-feira a sexta-feira.
- (B) das dezoito às seis horas dos sábados, domingos e feriados.
- (C) em vias que distem mais de trinta quilômetros do Plano Piloto e não sejam pavimentadas.
- (D) nas corridas que tenham o Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek como origem ou destino.
- (E) quando houver mais de quatro passageiros, não computados os menores de sete anos.

QUESTÃO 59 _____

Acerca da gratuidade do passe livre estudantil, assinale a alternativa correta.

- (A) O custeio da metade da passagem será da responsabilidade do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Fazenda.
- (B) O controle do quantitativo de viagens realizadas pelos estudantes será efetuado pela Gerência de Custos e Tarifas da Diretoria Técnica do DFTRANS, que emitirá quinzenalmente demonstrativos com os valores a serem custeados, discriminados pelo operador do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, considerado o valor da tarifa vigente nas linhas utilizadas.
- (C) O benefício do passe livre estudantil será limitado a 54 viagens por mês e por estudante, durante o período letivo.
- (D) Contra a decisão de aplicar a penalidade ao beneficiário do passe livre estudantil, caberá recurso ao DFTRANS, no prazo de trinta dias da notificação.
- (E) Em caso de extravio, furto, roubo ou problemas técnicos, deverá(ão) o estudante, os pais ou os responsáveis do beneficiário comunicar o fato no prazo de quinze dias à operadora do sistema de bilhetagem automática e ao METRÔ/DF.

QUESTÃO 60 _____

O Comitê do Passe Estudantil é composto por

- (A) cinco representantes do Governo do Distrito Federal.
- (B) dois representantes da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- (C) dois estudantes indicados por entidade de âmbito nacional dos alunos de curso superior em funcionamento no Distrito Federal.
- (D) dois estudantes indicados por entidade de âmbito nacional dos alunos de ensino médio em funcionamento no Distrito Federal.
- (E) dois estudantes indicados por entidade de âmbito distrital dos alunos de ensino médio.

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO TEXTO

Para a elaboração do **texto**, atente para as seguintes orientações:

- O texto tem o objetivo de avaliar os conhecimentos específicos e ainda a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da língua portuguesa. O candidato deverá produzir, a partir do tema proposto, um texto, com extensão máxima de 30 (trinta) linhas, primando pela clareza, precisão, consistência, concisão e aderência às normas do registro formal.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** não poderá ser assinada, rubricada nem conter qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação do texto. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

TEMA

Tício é morador de uma cidade-satélite do Distrito Federal e trabalha em outra, tendo de percorrer, todos os dias, a distância de 80 quilômetros para ir de casa ao local de trabalho e voltar. Geralmente, utiliza-se de até seis ônibus diferentes para fazer esse percurso e gasta, em média, duas horas e meia no deslocamento. Em seu carro, o mesmo percurso é feito em apenas uma hora, mas o gasto com combustível aumenta extraordinariamente. Para amenizar a despesa, passou a oferecer transporte às pessoas em pontos de ônibus pelo mesmo valor da passagem, o que resultou na diminuição das despesas e, muitas vezes, em lucro. Aceitava como pagamento dinheiro, vale-transporte e passe estudantil. Em uma ocasião em que transportava seis adultos e duas crianças, em um veículo com capacidade para cinco passageiros, foi abordado pela autoridade de trânsito e admitiu que estava realizando transporte de pessoas sem autorização, mas o fazia em consonância com o Código de Trânsito Brasileiro e que, nesse caso, não se aplicaria a Lei sobre o Sistema de Transporte Público Coletivo. Quando o agente de trânsito afirmou que recolheria o veículo para o depósito, Tício, visivelmente nervoso, alterado e com hálito etílico, esbravejou contra o agente, xingando-o. Instantes depois, já mais controlado, ofereceu R\$ 3.000,00 ao agente de trânsito para não recolher o seu veículo ao depósito, momento em que lhe foi dada voz de prisão.

Com base nessa situação hipotética, redija um **texto dissertativo** que responda, necessariamente e da forma mais completa possível, às seguintes perguntas:

- (a) Há algum regime específico para o transporte coletivo realizado pelo particular?
- (b) O transporte coletivo irregular, em veículo descaracterizado, é passível de recolhimento ao depósito?
- (c) Tício cometeu algum crime? Qual ou quais?

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	